

ARTIGO | PAPER

**ARQUEOLOGIA: UMA OUTRA CAMADA DE PROTEÇÃO NA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUAMI-JAPURÁ, MUNICÍPIO DE JAPURÁ,
ESTADO DO AMAZONAS, BRASIL**

ARCHEOLOGY: ANOTHER LAYER OF PROTECTION ON JUAMI-JAPURÁ ECOLOGICAL STATION, JAPURÁ, AMAZONAS ESTATE, BRAZIL.

Luiza Caroline Vieira Gama ^a

Eduardo Kazuo Tamanaha ^b

Filippo Stampanoni Bassi ^c

^a Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Bacharela em Arqueologia, luizacarolinev@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-9325-5050>

^b Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Doutor em Arqueologia, eduardo.tamanaha@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9400-0682>

^c Diretor do Museu da Amazônia (MUSA), Doutor em Arqueologia, filippo.stampanoni@museudaamazonia.org.br, <https://orcid.org/0000-0001-5071-5192>

RESUMO

Neste artigo, discutimos arqueologia e unidades de conservação de proteção integral. Apresentamos um estudo de caso da Estação Ecológica Juami-Japurá, onde, ao identificar patrimônio arqueológico na região, propomos utilizar a legislação patrimonial para contribuir com uma camada adicional de proteção à área. Além de fornecer novos dados de pesquisas arqueológicas nos rios Juami e Japurá e integrar a discussão sobre áreas protegidas e nosso papel nesses espaços.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Amazônica; Unidades de Conservação; Áreas Protegidas; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

In this paper, we discuss archaeology and conservation units of integral protection. We present a case study of the Juami-Japurá Ecological Station, where, upon identifying archaeological heritage in the region, we propose using heritage legislation to contribute a new additional layer of protection to the area. While also providing new archaeological research data from the Juami and Japurá rivers and integrating the discussion on protected areas and our role within these spaces.

KEYWORDS

Amazonian Archaeology; Conservation Units; Protected Areas; Cultural Heritage.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

GAMA, Luiza Caroline Vieira; TAMAHANA, Eduardo Kazuo; BASSI, Filippo Stampanoni. Arqueologia: uma outra camada de proteção na Estação Ecológica Juami-Japurá, município de Japurá, estado do Amazonas, Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 43, p. 37-55, Jan-Jun, 2025.

Introdução

O avanço das pesquisas arqueológicas vem construindo um contexto mais plural e habitado na história antiga da Amazônia. Dessa forma, é cada vez mais comum afirmar que os “vazios arqueológicos” estão mais relacionados à ausência de pesquisas do que a falta de ocupações desses territórios (Neves, 2022).

Nesse contexto sítios arqueológicos são identificados e acessados em lugares cada vez mais diversos, inclusive em áreas protegidas pela legislação estatal, e povos de comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que nos últimos anos com a fácil circulação de informações pela internet e televisão acompanhamos o número de sítios e material arqueológico aumentar, dados muitas vezes trazidos pela população local que vive sobre os sítios e em constante contato com esses artefatos (Bezerra, 2013).

Nesse cenário as pesquisas desenvolvidas em Unidades de Conservação (doravante UC), nosso foco de estudo, têm como objetivo principal conhecer e reunir informações sobre os antigos processos de ocupações em áreas pouco conhecidas arqueologicamente, e subsidiar programas de gestão patrimonial dentro do plano de manejo¹ desses territórios, contribuindo na valorização do patrimônio cultural (Tamanaha, 2021).

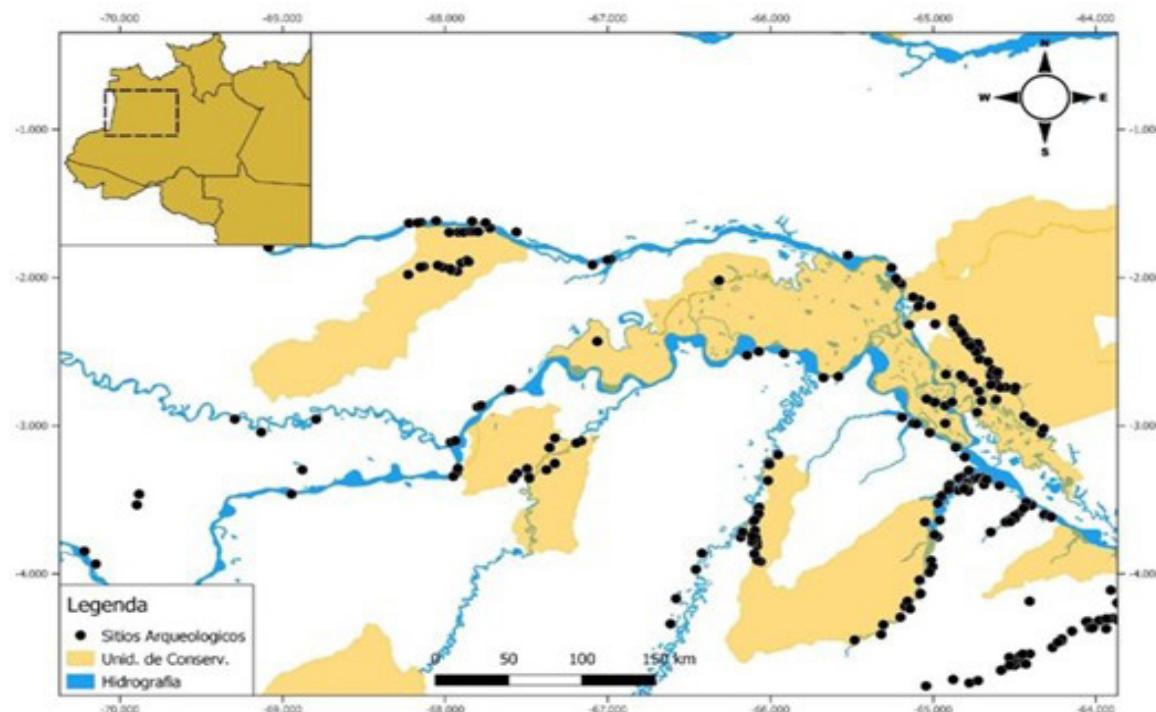


Figura 1: Mapa dos sítios arqueológicos identificados na região do médio Solimões, com destaque para as unidades de conservação. Autoria: Eduardo Kazuo Tamanaha, 2021.

¹ Plano de Manejo é um documento técnico, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, onde se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos, sendo um documento obrigatório para todas as Unidades de Conservação (SNUC, 2000).

Nos últimos anos, através dos trabalhos desenvolvidos junto ao Instituto Mamirauá e o Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia, vários sítios foram identificados na macrorregião do médio e alto Solimões, construindo assim um novo cenário de ocupação dessa área (Costa, 2012; Gomes, 2015; Belletti, 2015; Tamanaha et al., 2019; Tamanaha, 2021; Silva, 2022; Lima, 2022; Lopes, 2024).

As áreas das UCs são decretadas pelo poder público para proteção ambiental de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, prevista na lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que correspondem ao:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000)”.

Essas áreas especialmente protegidas podem ser classificadas como de proteção integral² ou de uso sustentável³, ambas garantindo mecanismos de conservação e proteção, em que a primeira prevê a “*manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais*” e a segunda a “*exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável*” (SNUC, 2000).

Já o Patrimônio Arqueológico é bem material e imaterial acautelado pelo Estado e protegido na legislação através do artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº 3.924, de julho de 1961, que decreta:

“Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal (BRASIL, 1961).”

Dessa forma, a UC de proteção integral Estação Ecológica Juami-Japurá (doravante Esec J-J), localizada no município de Japurá/AM, área com identificação de vestígios arqueológicos, é apresentada como um estudo de caso que possibilita visualizar como as legislações de proteção ao patrimônio arqueológico e ambiental podem atuar em áreas desabitadas e contribuir na proteção e conservação desses territórios, além de levantar questões sobre o legado da ocupação

² Categorias de proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural.

³ Categorias de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

humana na Amazônia.

A Esec Juami-Japurá: unidade de proteção integral

A Esec J-J foi criada em 03 de junho de 1985 a partir do decreto nº91.307 no diário oficial da união, é uma UC de proteção integral que integra o Corredor Ecológico da Amazônia Central, de administração federal e gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

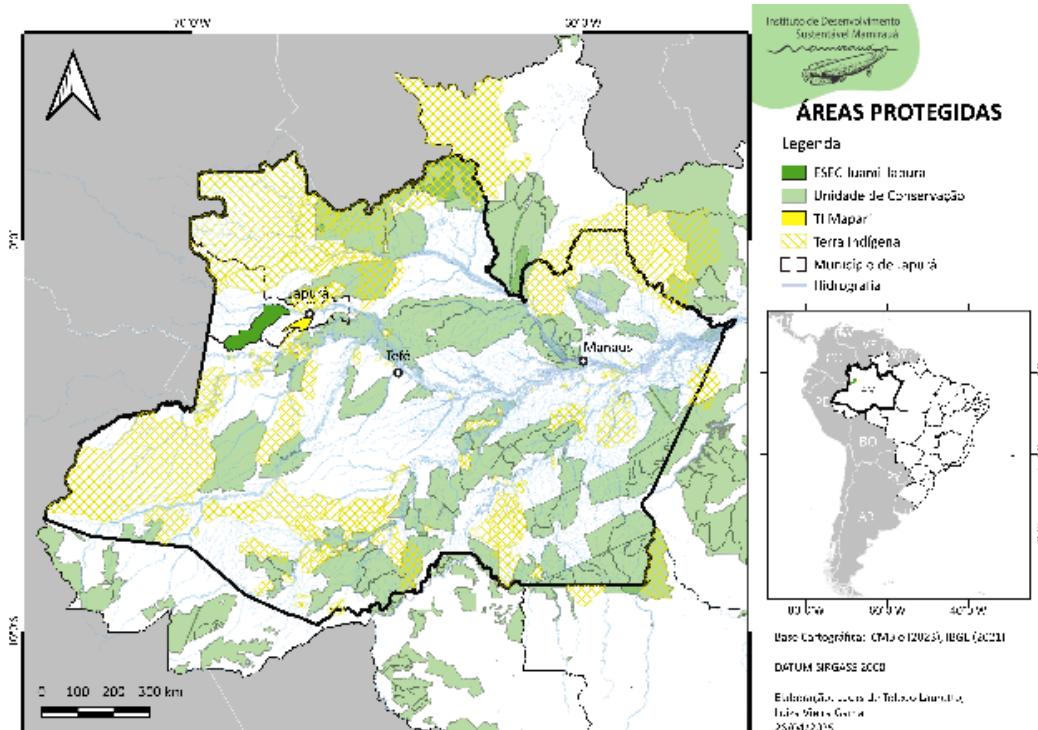


Figura 2: Mapa de áreas protegidas, em destaque a Esec J-J e Terra Indígena Mapari, que integram nosso campo de pesquisa. Autoria: Lucas Lauretto e Luiza Gama, 2025.

Seu objetivo principal é a preservação da natureza e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Possui uma área calculada em 831.349,71 hectares e nela se encontram o rio Juami e todos os seus afluentes, protegendo assim praticamente toda a bacia do Juami (CNUC, 2024).

No plano de manejo da UC realizado no ano 2000 e aprovado em 2001 encontramos o histórico de criação, contexto e planejamento. Nesse documento é possível identificar os pontos fortes e fracos da unidade a partir do uso de matrizes de avaliação estratégica, esses contabilizados conforme o ambiente nas quais estão inseridas, em destaque:

“Entre os pontos mais fortes da UC, encontra-se a diversidade de ecossistemas e a floresta sem indícios de depredação, o que implica em grandes possibilidades de manter vários ambientes preservados uma vez que a maior parte da bacia do rio Juami está protegida na UC.” (Plano de manejo, 2000, p.4).

“Entre as fraquezas debilitantes tem-se a dificuldade de acesso, seguida na ordem decrescente da frequência de degradadores ambientais, inexistência de pessoal lotado na UC e desconhecimento científico, devastação pelo garimpo, inexistência de infraestrutura. A fraqueza menos debilitante evidenciada pela Matriz foi a insuficiência de divulgação da Unidade.” (Plano de manejo, 2000, p.5, modificado nosso).

Ao trazer esses pontos procuramos evidenciar os aspectos positivos e negativos relevantes no momento da sua classificação, destacando o caráter protecionista do período de criação das UCs, ocasião em que se almejava criar uma imagem de preservação do ambiente “sem pessoas” (Almeida, 2008).



Figura 3 e 4: Paisagens do rio Juami, área da Esec J-J. Autoria: Filippo Bassi, 2017.

Durante a criação do plano de manejo pontos conflitantes foram elencados, sendo a proteção integral um ponto forte por causa do nível de preservação da área, então manter ela preservada com a retirada das pessoas seria uma solução adequada. No entanto, é posto como uma fraqueza a falta de pessoas na área, já que em muitas regiões as pessoas são agentes da proteção ambiental dos territórios (Almeida A, 2008; 2013; Almeida M, 2013).

À luz dessa questão, observamos que apesar da análise feita indicar ser uma área de proteção integral, nesse período já havia indício do interesse de infratores ambientais, principalmente ligados à exploração do garimpo, elemento que provoca grande degradação para o ambiente. Esse fator, que estava de certa forma, previsto nos aspectos negativos da Esec, se concretizou em um cenário que foi se agravando até os dias atuais, e se estabeleceu como um dos principais desafios para sua proteção e preservação (InfoAmazonia, 2022; 2023; Agência Gov, 2025).

A situação do garimpo foi agravada nos últimos anos (2019-2022) através do enfraquecimento dos órgãos ambientais pelo governo Bolsonaro e do forte discurso a favor do garimpo e impunidade⁴ (Chade, 2022).

⁴ Ler em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/19/governo-bolsonaro-incentiva-cultura-de-impunidade-no-garimpo-diz-onu.htm>

Fator que resultou numa crescente invasão de garimpeiros e infratores ambientais⁵, gerando índices de degradação ambiental no curso do rio Juami sem precedentes, além dos prováveis danos ao patrimônio cultural local.

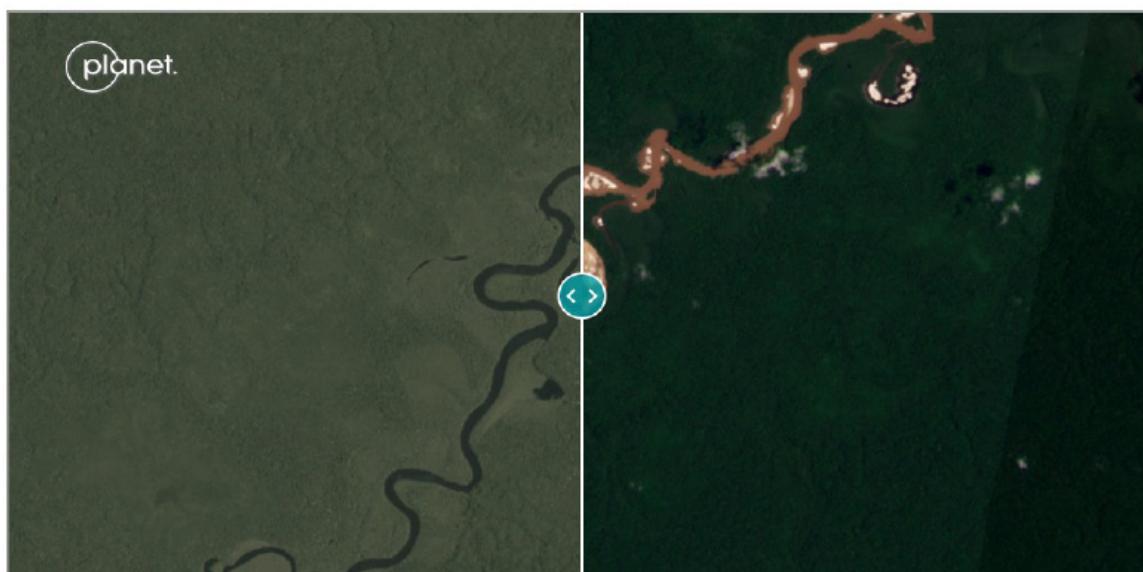


Figura 5: Imagem do avanço da degradação ambiental deixada pelo garimpo entre os anos de 2019-2022 na região. Fonte: InfoAmazonia, 2022.

Episódios de degradação como esse são praticamente irrecuperáveis pela natureza, mas nesse caso particular, ainda há o agravante de ser uma região pouco conhecida cientificamente, então há perdas que nem chegamos a conhecer, o que reforça a necessidade de estudos nas mais diversas áreas, principalmente nas regiões fora do eixo dos grandes rios que são menos estudadas pelo difícil acesso e valor elevado das pesquisas.

A Situação identificada pode ser colocada em contraponto com as UCs de uso sustentável, que incorporou conservação ambiental à presença das pessoas, nessas áreas os povos de comunidades tradicionais vivem e protegem a terra, visto que em nenhuma delas tivemos ofensivas de degradação tão fortes quanto nas áreas não habitadas (Almeida, 2008; Almeida, 2013; Moraes e Py-Daniel, 2023; Honorato e Rocha, 2024).

Nesses eventos observamos uma falha no mecanismo de proteção da União, ainda que essa seja uma área legalmente protegida, foi historicamente negligenciada. Somando dificuldades para o manejo dessas áreas que começam pela dimensão do território, poucas políticas efetivas de proteção e educação ambiental, o difícil acesso, e não param até repensar as particularidades de cada região protegida (Almeida, 2008; 2013).

Nesse contexto colocamos em evidência a necessidade do fortalecimento da atuação dos órgãos ambientais e estatais responsáveis e consequente promoção do desenvolvimento de pesquisas que envolvam a sociobiodiversidade local, como mecanismos de ocupação desse território.

⁵ Ler em: <https://infoamazonia.org/2022/03/29/garimpo-ilegal-estacao-ecologica-juami-amazonia-fronteira-colombia/>.

Arqueologia Amazônica: o que há no rio Japurá-Caquetá e Juami?

Voltando nosso foco para as pesquisas arqueológicas vamos visualizar um cenário pouco conhecido na região dos rios Japurá/Caquetá e Juami, essas intrínsecas à nossa área de pesquisa. Buscamos a seguir apresentar como a arqueologia estudou a Amazônia e reunir alguns estudos sobre as ocupações humanas nessa região, exceto o rio Juami no qual não encontramos nenhuma fonte de dados.

A arqueologia na Amazônia começa com a descrição das cerâmicas e do contexto ambiental dos sítios. Duas correntes teóricas foram bastante difundidas nos estudos das culturas de floresta tropical (Steward, 1948; Lowie, 1948).

Na primeira corrente, a Amazônia é caracterizada como um lugar inóspito para desenvolvimento tecnológico e com ocupações de baixa duração, devido a fatores ecológicos impostos pelo ambiente, que impossibilitariam o desenvolvimento de grandes sociedades. Nessa circunstância, os trabalhos de Meggers e Evans (1961) difundiram uma metodologia de análise tipológica com o objetivo de buscar padrões de assentamentos seriando as cerâmicas dos sítios encontrados em fases e Tradições⁶ representantes das distintas ocupações humanas dessas áreas (Meggers, 1954).

Em contrapartida, o trabalho de Lathrap (1970) buscava interpretar os padrões de assentamento a partir da análise modal e disposição dos artefatos no sítio, com o objetivo de ressaltar o longo desenvolvimento cultural e a ampla dispersão populacional na região, desenvolvendo a teoria na qual a Amazônia Central seria um ponto de difusão cultural das terras baixas sul-americanas.

Conflitantes na interpretação do registro arqueológico, essas teorias acompanharam muitos anos as pesquisas, que trazia de um lado uma visão pejorativa das populações indígenas, e do outro uma visão centralizada dessas populações com uma base de dados pequena para tal afirmação, cenário que foi mudando com a continuidade das pesquisas (Neves, 2022; Moraes e Py-Daniel, 2023).

A primeira e por muito tempo a única pesquisa em nossa área de estudo foi o levantamento arqueológico de Peter Hilbert em 1950, que seguindo a corrente teórica de Meggers (1961), durante Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), mapeou e caracterizou diversos sítios arqueológicos ao longo do Amazonas, chegando até o rio Japurá, onde classificou uma fase cerâmica⁷ com nome homônimo ao rio (Hilbert, 1962; 1968).

Desde então trabalhos foram desenvolvidos para conhecer a história antiga, o modo de

⁶ “As fases têm sido utilizadas para caracterizar culturas arqueológicas em determinado tempo e espaço, enquanto o termo Tradição é utilizado para caracterizar repertórios tecnológicos e estilísticos cerâmicos com grande persistência temporal em escalas regionais; uma Tradição pode abranger as fases em sua temporalidade e/ou espacialidade” (Willey e Phillips, 1958).

⁷ A fase Japurá inclui quatro tipos de decoração: lábio vermelho, pintado, inciso e modelado (Hilbert, 1962; tradução nossa).

vida, as tecnologias (terra preta⁸, cerâmica, lítico etc.) e a diversidade cultural dos povos indígenas/originários que habitaram e habitam a Amazônia, reunindo dados que demonstram o legado deixado pelas populações do passado (Barreto et al, 2016; Neves, 2019; 2022; Moraes e Py-Daniel, 2023).

No entanto, ainda há poucos estudos na Esec J-J e entorno, sendo nosso trabalho de levantamento um dos únicos dados recentes para região. Essa situação está relacionada ao difícil acesso e pouco investimento em pesquisa em áreas mais afastadas de centros urbanos na Amazônia, como já colocado, resultando no desconhecimento de muitas regiões.

Para contextualizar nossa pesquisa buscamos como referência estudos realizados no rio Japurá (Amazônia Brasileira) /Caquetá (Amazônia Colombiana) e áreas protegidas próximas.

De forma breve, os trabalhos no rio Caquetá (Colômbia) são conduzidos por Gaspar Morcote-Rios e equipe na região de Araracuara e La Pedrera, próxima à nossa área de estudo. Suas pesquisas procuraram identificar os solos de terra preta, a vegetação e a cultura material da região. Os resultados vêm demonstrando a rica biodiversidade deixada pelas populações antigas, com datações de até 3 mil anos antes do presente, certificando a longa duração de ocupações humanas nessa região (Morcote-Rios et al, 2013; Arroyo-Kalin et al, 2019).

No território brasileiro, os trabalhos mais recentes são as pesquisas realizadas no baixo e médio Japurá, com foco no lago Amanã (Costa, 2012; Gomes et al, 2014; Gomes, 2015; Lima, 2022) e na confluência do rio Solimões com o rio Tefé, no lago homônimo (Belletti, 2015; Lopes, 2024; Lopes et al 2024), essas se encontram majoritariamente em duas áreas protegidas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) e a Floresta Nacional de Tefé (FLONA Tefé).

As pesquisas no lago Amanã tem uma particularidade interessante, pois essas iniciaram a partir da solicitação das pessoas que vivem na comunidade Boa Esperança, onde no princípio existia um interesse no material arqueológico para fomentar atividades turísticas, além da curiosidade sobre os cacos e vasos cerâmicos tão presente no chão da comunidade (Costa, 2012; Gomes et al., 2014). Com o decorrer das pesquisas solicitaram a elaboração de um material didático⁹ para os professores explicarem em sala de aula sobre arqueologia e história antiga da comunidade, atualmente utilizado nas escolas da RDSA (Silva et al., 2021).

Esses pontos são para ilustrar como através da continuidade dos trabalhos arqueológicos a visão a respeito da arqueologia foi mudando na comunidade, criando um ambiente propício para troca de conhecimentos e colaboração. Atualmente a comunidade é uma guardiã do material arqueológico, onde preserva e guarda a história antiga local que é contata através dos cacos e paisagem (Costa, 2012; Gomes et al., 2014; Silva, 2022; Lima, 2022).

Os resultados das pesquisas na comunidade mostram um cenário de grande biodiversidade ocupado a mais de 3 mil anos antes do presente. Essas ocupações antigas enriqueceram o

⁸ Pesquisas em terras pretas mostram que a quantidade de nutrientes e maior retenção de matéria orgânica são potencializados pela presença de quantidades significativas de carbono negro, este último derivado do carvão produzido durante ocupações pré-colombianas (Arroyo-Kalin, 2010; tradução nossa).

⁹ Livro: “Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa” Organizado por: Maurício Silva, Eduardo Kazuo Tamanaha, Márjorie Lima, publicado no ano de 2021.

solo criando uma grande área de terra preta usada hoje para o cultivo de plantas de uso comum (como açaí, tucumã, bacaba etc.), e demonstram ainda que essa diversidade florística é milenar e resultado direto do manejo das populações antigas que deixaram como legado positivo a paisagem vegetal que serve como alimento para as populações do presente (Costa, 2012; Cassino, 2018; Lima, 2022; Costa, 2023).

Os trabalhos na região da FLONA Tefé e entorno acontecem de forma semelhante aos do lago Amanã, por ser uma região próxima ao centro urbano de Tefé, permite maior circulação de pesquisadores. Nas comunidades onde há material arqueológico as pessoas conseguem acionar profissionais de arqueologia para o reconhecimento dos artefatos, criando redes de colaboração e identificação com esse material (Belletti, 2015; Silva, 2022; 2024).

Os resultados das pesquisas na área demonstram aumento da biodiversidade nos espaços com sítios arqueológicos, as datações indicam sucessivas ocupações que começam há 3 mil anos e chegam até os dias atuais construindo um legado na paisagem, reforçando outra vez que o manejo das populações indígenas no passado enriqueceram a paisagem a ponto de serem áreas escolhidas pela população atual para viver (Costa, 2023; Lopes, 2024; Lopes et al. 2024; 2024b; Clement et al, 2024; Cassino et al, 2025).

Nesse tópico evidenciamos a antiguidade das ocupações, os indícios de manejo da área e como as populações antigas contribuíram na formação do ambiente que existe hoje, fatores que reforçam o legado positivo da ocupação humana na Amazônia, inclusive nas delimitações das áreas protegidas.

Ações arqueológicas na Esec Juami-Japurá

O início da pesquisa arqueológica na Esec J-J foi em conjunto com um projeto de pesquisa de inventário da biodiversidade que contempla UCs no médio Solimões, esse de caráter interdisciplinar, com o objetivo de conhecer e caracterizar essa região da Amazônia.

Realizado no início do mês de junho de 2017, o campo de levantamento ocorreu no âmbito do *Projeto Arqueologia nas Unidades de Conservação do médio rio Solimões*, através de uma parceria entre Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Museu da Amazônia (MUSA) e financiada pela *Gordon and Betty Moore Foundation* (Bassi, 2017).

A metodologia de prospecção utilizada foi de levantamento extensivo, cada local foi visitado (ainda que de forma expedita) com objetivo de investigar a maior área possível. De tal forma que em todos os locais foram feitos caminhamentos e sondagens para avaliar o tipo de solo e eventual pacote arqueológico (Bassi, 2017).

Em locais com pessoas (fora da Esec) algumas áreas foram indicadas por moradores que conheciam o material arqueológico e conseguiam localizar “vasos¹⁰”, já em locais sem pessoas (dentro da Esec) foi utilizado métodos de caráter sistemático “procurando amostrar todas as

¹⁰ Referência popular ao material arqueológico.

áreas de terra firme com direto acesso pelo rio, como também pelos principais igarapés navegáveis e pelos lagos (Bassi, 2017, p.14)”, outro método utilizado foi um modelo preditivo construído a partir da distribuição de sítios na Amazônia (McMichael et al. 2014), esse último de forma experimental.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o reconhecimento da área da Esec foi possível através do conhecimento de antigos moradores e membros de comunidades tradicionais que vivem no entorno desse território. Essas pessoas estão ligadas a essas paisagens antrópicas, construindo narrativas e práticas sobre elas ao longo do tempo, prática que é passada de geração em geração através da oralidade.

Dessa forma, foram identificados 34 sítios arqueológicos, sendo 24 sítios com coleta de material (cerâmico e lítico) e 8 sítios de terra preta (figura 6). Indicando diferentes áreas de ocupação humana com diversidade de artefatos culturais.

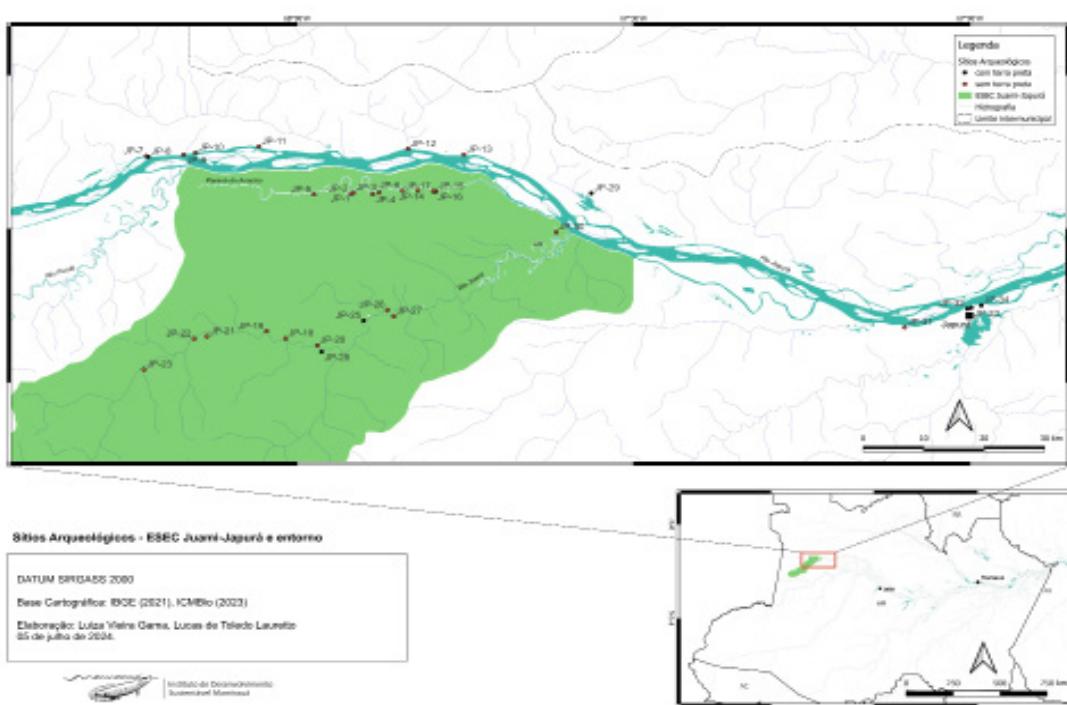


Figura 6: Mapa dos sítios arqueológicos da Esec Juami-Japurá e entorno. Autoria: Luiza Gama e Lucas Lauretto, 2024.

Os vestígios arqueológicos, terra preta e paisagem são evidências do manejo dessas populações no passado, o que ilustra a forte presença humana nesse período. Um ponto de destaque do levantamento foi a identificação dos sítios de terra preta, solo antrópico que indica áreas com maior intensidade de ocupação e manejo da paisagem no passado pré-colonial (Arroyo-Kallin, 2010).

Após o levantamento, o material arqueológico coletado passou por etapas de curadoria e análise cerâmica, que resultaram na identificação de diferentes ocupações ceramistas, com traços diagnósticos que podem indicar ocupação humana de até 3 mil anos antes do presente

até o período do contato com os invasores (período de 1500) nos diferentes sítios prospectados (Gama, 2024).

Os resultados preliminares da análise precisam de datações para comprovação, todavia as cerâmicas apresentam traços da Tradição Pocó e Polícroma da Amazônia, Tradições que integram grandes redes de interação cultural na Amazônia antiga (Tamanaha et al, 2008; Lima, 2022; Lopes et al, 2024).

Além dessas, identificamos cerâmicas da fase Japurá (Hilbert, 1962) e material com traços da fase Amanã (Costa, 2012; Lima, 2022), ou seja, novamente, temos dados que indicam aproximadamente mais de 3 mil anos de ocupação humana nessa região.



Figura 7 e 8: Material arqueológico cerâmico do rio Juami (primeira) e rio Japurá (segunda). Autoria: Luiza Gama, 2024.

Durante a expedição ainda foram registradas duas coleções de peças arqueológicas, uma no lago Mapari¹¹ e outra na cidade de Japurá (Bassi, 2017).

¹¹ Território Demarcado Terra Indígena Mapari do povo Kaixana. Para saber mais: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4104#pesquisa>.



Figura 9 e 10: Material cerâmico da coleção particular do lago Mapari. Autoria: Filippo Bassi, 2017.

As coleções arqueológicas particulares e/ou comunitárias tem um papel de destaque, pois o ato de colecionar torna visível o conhecimento sobre o material, além do interesse e curiosidade que essas peças despertam nas pessoas que guardam e zelam esse patrimônio, ainda que nesse cenário tenham outros significados (Bezerra, 2011).

As comunidades tradicionais e indígenas acabam cumprindo um papel de “salvaguarda” em localidades que o Estado não chega, criam afetos com esse material, desejos de reconhecimento, musealização e cuidado (Bezerra, 2011; Silva, 2024).

Nossos dados demonstram que apesar de hoje a região ser desabitada, no passado ela foi ocupada por diferentes povos em diferentes temporalidades. Essas pessoas que viveram nesses espaços manejaram a terra e a paisagem construindo o ecossistema que observamos atualmente, comprovando que há modelos de vida que permitem a convivência do humano com o ambiente sem trazer danos para natureza (Ballée, 2006).

Nesse contexto a arqueologia se mostra como uma ferramenta para fazer a leitura da história ambiental dos lugares, se alinhando ao que Honorato e Rocha (2014) vão denominar como “Arqueologia dos povos da floresta”, ao atentar para como a leitura correta dos ambientes antigos podem somar na luta dos povos amazônicos e das áreas protegidas.

Vale a pena ressaltar que pesquisas recentes mostram que a biodiversidade florística de diferentes áreas da Amazônia foi construída e mantida através de um contínuo manejo ambiental tradicional, que iniciou com as primeiras ocupações indígenas há milhares de anos (Levis et al., 2024; Alves et al., 2022). Nesse caso, o processo de criar uma UC de proteção integral prevendo a retirada das pessoas pode resultar em um equívoco, já que através dos nossos dados observamos um contexto em que as pessoas são peça fundamental para manter e proteger a biodiversidade a partir de suas práticas tradicionais de manejo ambiental (Honorato e Rocha, 2024).

O Patrimônio arqueológico como instrumento de proteção

A legislação brasileira prevê a proteção do patrimônio arqueológico desde a constituição de 18 de setembro de 1946, mencionado no capítulo 2, sobre educação e cultura, no artigo 175 que decreta que “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.” (Brasil, 1946).

O órgão responsável pela gestão e proteção do patrimônio arqueológico é o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), que determina:

“O patrimônio arqueológico é bem cultural acautelado em âmbito federal, faz parte do patrimônio cultural material e engloba os vestígios e os lugares relacionados a grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, representado por sítios arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que podendo ser classificado em bens móveis e imóveis.” (IPHAN, [s.d.]).

Esses últimos, protegidos pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº3.924 de 26 de julho de 1961, integram o patrimônio cultural brasileiro e são reconhecidos como Bens da União, sendo proibido o aproveitamento econômico e destruição dos sítios arqueológicos sem pesquisas prévias por arqueólogos (os), essas com a autorização do IPHAN.

Portanto, a aplicação da legislação vigente nas áreas de sítios arqueológicos na Esec contribui com uma camada a mais de proteção da área, visto que o patrimônio arqueológico local deve ser protegido, estudado e preservado, conforme está previsto em lei. Principalmente quando há perigo de destruição dos sítios, podendo causar dano irreversível ao contexto histórico e ambiental no qual estão inseridos.

Nesse contexto, as pesquisas arqueológicas realizadas em UCs contribuem no levantamento territorial e histórico, trazendo informações sobre a formação dessas áreas, e atestando as marcas de ocupação humana nos mais diversos lugares do país, colocando em pauta outros modelos de proteção existentes (Honorato e Rocha, 2024).

Sendo assim, unir a proteção ambiental ao patrimônio cultural é uma forma de eliciar a atenção de dois segmentos governamentais de proteção da área, o IPHAN e ICMBio, evidenciando a necessidade de destaque e constante cautela para as áreas protegidas.

Considerações Finais

As pesquisas arqueológicas em áreas protegidas nos apresentam um cenário mais amplo de ocupação. Os estudos que realizados nessas áreas mais distantes são possíveis através dos mecanismos de proteção dessas regiões e facilitados por parcerias interdisciplinares.

Nosso papel é integrar o conhecimento arqueológico ao ecológico desses nichos ambientais, demonstrando cada vez mais como a presença humana faz parte do ambiente, sendo a diversidade dos sítios arqueológicos de longa duração marcadores culturais dessa presença e do manejo ambiental.

As materialidades arqueológicas encontradas nos diversos sítios em UCs formam o patrimônio cultural desses territórios. Portanto, devem ser preservadas como peças fundamentais na construção da história antiga da Amazônia, sem o apagamento dos seus povos.

O patrimônio arqueológico ao compor uma camada a mais de proteção nas áreas protegidas, demonstra que não só a floresta tem que ser preservada, mas também a história que ela conta, essa que está no solo, na paisagem, nas águas, na cultura material, nos povos e lugares significativos (Zedeño e Bowser, 2009).

A sociobiodiversidade amazônica é resultado da relação das populações indígenas e tradicionais com o ambiente, essa que ao longo de milhares de anos foi mantida, aprimorada e diversificada a partir desse relacionamento contínuo e benéfico que se estende até os dias de hoje (Alves et al., 2022; Clement et al., 2024; Cassino et al., 2025).

Ao trazer essas questões, nosso estudo demonstra a alta relevância arqueológica dessa região e a necessidade da continuidade das pesquisas no futuro. Como observamos, áreas mais distantes dos grandes centros estão sempre na mira dos infratores ambientais, esses que querem enfraquecer as legislações ambientais e patrimoniais, colocando em risco nossa floresta e história milenar. Assim, é preciso estar atento e forte¹² às tentativas de destruição da Amazônia e fortalecer os meios de proteção existentes.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA GOV. ICMBio, Funai e Polícia Federal combatem garimpo ilegal e caça no Amazonas. Agência gov, 12, fevereiro 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/instituto-chico-mendes-funai-e-policia-federal-combatem-garimpo-ilegal-e-caca-no-amazonas>. Acesso em: 22, abril 2025.
- ALMEIDA, Alfredo. Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaquais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA--UFAM, 2008.
- _____. Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. Revista De Antropologia Da UFSCar, 5(1), 7–28, 2013.
- ALVES, Rubana; Levis, C; Bertin, VM; Ferreira, MJ; Cassino, MF; Pequeno, PACL; Schietti, J and Clement, CR. Local forest specialists maintain traditional ecological knowledge in the face of environmental threats to Brazilian Amazonian protected areas. Front. For. Glob. Change 5:1028129, 2022.

¹² Trecho da música "Divino maravilhoso", Gal Costa, 1968.

- ARROYO-KALIN, Manuel. The Amazonian formative: crop domestication and anthropogenic soils. *Diversity*, v. 2, n. 4, p. 473-504, 2010.
- ARROYO-KALIN, M.; MORCOTE-RÍOS, G.; LOZADA MENDIETA, N e L. VEAL. "Entre La Pedrera Y Arara-cuara La Arqueología Del Medio Río Caquetá". *Revista Del Museo De La Plata* 4(2), P. 305-330, 2019.
- BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. *Annu. Rev. Anthropol.*, v.35, p.75-98, 2006.
- BASSI, Filippo S. Relatório de atividades da equipe de arqueologia (MUSA-IDSM) no âmbito da expedição na Estação Ecológica Juami-Japurá e arredores. Relatório Não Publicado. 2017.
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena e BETANCOURT, Carla (Org.). Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.
- BELLETTI, Jaqueline. Arqueologia do Lago Tefé e a expansão Polícroma. (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BEZERRA, Marcia. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, p. 57-70, 2011.
- BOURSCHEIT, Aldem. Garimpo ilegal cresce há 3 anos dentro de estação ecológica da Amazônia na fronteira com a Colômbia. InfoAmazonia, 29, março 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/03/29/garimpo-ilegal-estacao-ecologica-juami-amazonia-fronteira-colombia/>. Acesso em: 06, janeiro 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, 2000.
- BRASIL. Lei Federal nº 3.924/1961 / Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- CASSINO, Mariana. Manejo E Uso De Recursos Florísticos Em Períodos Pré-Coloniais Na Amazônia: Um Estudo De Caso Na RDS Amanã. Relatório Técnico Final Das Atividades De Bolsa Cnpq. 2018.
- CASSINO, Mariana. et al. Thinking with Amazonian Indigenous Peoples to expand ideas on domestication. *People and Nature*, 2025.
- CHADE, Jamil. Governo Bolsonaro incentiva "cultura de impunidade" no garimpo, diz ONU. UOL, 19, agosto 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/19/governo-bolsonaro-incentiva-cultura-de-impunidade-no-garimpo-diz-onu.htm>. Acesso em: 22, abril de 2025.
- CLEMENT, Charles et al. Domesticação das paisagens amazônicas. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 55-72, 2024.
- COSTA, Bernardo. Levantamento Arqueológico Na Reserva De Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã. Estado Do Amazonas. São Paulo: Dissertação De Mestrado. Museu De Arqueologia E Etnologia Da Universidade De São Paulo, 2012.
- DA ROCHA, Bruna; BELETTI, J.; PY-DANIEL, A. R.; DE PAULA MORAES, C. E DE OLIVEIRA, V. H. Na

- margem e à margem: arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. *Amazônica Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 358-384, 2014.
- DIVINO maravilhoso. Intérprete Gal Costa. Compositores: C. Veloso e G. Gil. In: Gal Costa. Gravadora Philips, 1968. LP Gal Costa, lado B, faixa 2, (4:20), 1969.
- EBUS, Bram; PEDROSO, Rodrigo. Garimpeiros retiram equipamentos e escapam de megaoperação no Amazonas. InfoAmazonia, 26, maio 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/05/26/garimpeiros-retiram-equipamentos-e-escapam-de-megaoperacao-no-amazonas/>. Acesso em: 22, abril 2025.
- GAMA, Luiza. Relatório técnico final das atividades de bolsa/CNPq: Ocupações dos grupos ceramistas pré-coloniais na região do médio rio Solimões, estado do Amazonas. 2024.
- GOMES, Jaqueline et al. Arqueologia comunitária na reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 385-417, 2014.
- GOMES, Jaqueline. Cronologia E Mudança Cultural Na RDS Amanã (Amazonas): Um Estudo Sobre A Fase Caiambé Da Tradição Borda Incisa. São Paulo: Dissertação De Mestrado. Museu De Arqueologia E Etnologia Da Universidade De São Paulo, 2015.
- HILBERT, Peter. Preliminary Results of Archaeological Research on the Japurá River, Middle Amazon. Alcten des 34 Internationalen Amerikanistenkongresses, 1960, pp.465–70. Ferdinand Berger, Wien, 1962.
- _____. Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.
- HONORATO, Vinicius; ROCHA, Bruna. Arqueologia dos Povos da Floresta. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 31-54, 2024.
- IPHAN. Patrimônio Arqueológico. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico>. Acesso em: 25, janeiro 2025.
- LEVIS, Carol; Flores, Bernardo; Campos-Silva, J.V. et al. Contributions of human cultures to biodiversity and ecosystem conservation. *Nat Ecol Evol* 8, 866–879, 2024.
- LIMA, Márjorie N. Entrelaçando Histórias: antigas formas de habitar os lagos do Médio Solimões. Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- LOPES, Rafael. Diversidade na Unidade: a Tradição Polícroma da Amazônia na História Indígena de longa duração do Médio Solimões (500-1900 d.C.). Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- LOPES, Rafael. et al. Entre a história antiga amazônica e seu presente etnográfico: colonialismo e persistências nas trajetórias indígenas de longa duração do médio Solimões, Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 19, n. 2, p. e20230072, 2024.
- LOPES, Rafael et al. Tradição em transformação: a tradição polícroma da Amazônia no Médio Solimões (AM) através dos Sítios São João, Ponta da Castanha e Tauary. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 16, n. 1, p. 117-157, 2024.
- LOWIE, Robert. The Tropical Forests: An Introduction, In: *Handbook of SouthAmerican Indians*,

- vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp. 1-56. 1948.
- MCMICHAEL, C. H. et al. Predicting Pre-columbian Anthropogenic Soils in Amazonia. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, V. 281, N. 1777, P. 20132475, 2014.
- MEGGERS, Betty. Environmental Limitation on the Development of Culture. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 56, N° 5, Part. 1, p. 801-824, 1954.
- MEGGERS, Betty and EVANS, Clifford. An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America. IN: LOTHROP, Samuel. *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, p. 372-388, 1961.
- MORCOTE-RIOS, Gaspar; Raz, Lauren; Giraldo-Cañas, Diego; Franky, Carlos E.; and León Sicard, Tomas (2013). "Terras Pretas de Índio of the Caquetá-Japurá River (Colombian Amazonia)," *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*: Vol. 11: Iss. 2, Article 4, 30-39.
- NEVES, Eduardo. "O Rio Amazonas: Fonte De Diversidade". *Revista Del Museo De La Plata* 4(2), Pp. 385-400, 2019.
- _____. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central. Ubu Editora, 2022.
- OLIVEIRA, Emanuella. Uso e manejo de recursos florísticos em período pré-colonial no médio Solimões, Amazonas. Relatório técnico final de atividades de bolsa CNPq, 2023.
- TAMANHA, Eduardo. Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: *Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa*. Organizadores: Silva, Maurício; Tamanaha, Eduardo e Lima, Márjorie. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2021.
- TAMANHA, Eduardo; Amaral, A.; Cassino, M. F.; Cunha, L.; Neves, E. G.; Furquim, L. P.; Lima, M.; Silva, M. A.; Gomes, J.; Carneiro, S. C. G. D. Diálogos e práticas arqueológicas, pg. 152. In: *Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas/Org. Nascimento, Ana et al.* Tefé, Am: IDSM, 2019.
- Terras Indígenas no Brasil. Terra Indígena Mapari. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4104#pesquisa>. Acesso: 15/04/2024.
- SILVA, Maurício. Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da Flona Tefé, Amazonas. Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- _____. Encontro da comunidade de Tauary da FLONA Tefé, Amazonas, com os potes de antigamente, com a arqueologia e consigo mesma: o devir de um museu comunitário. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 259-281, 2024.
- STEWARD, James. Culture Areas of the Tropical Forests. In: *Handbook of South American Indians*, vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, p 883-903. 1948.
- WILLEY, Gordon and PHILLIPS, Philip. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago and

London: The University of Chicago Press, 1958.

ZEDEÑO, M. N.; BOWSER, B. J. "The archaeology of meaningful places". In: Bowser, Brenda J.; Zedeño, María Nieves (org.). *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City, The University of Utah Press, 2009. pp. 1-14.

Recebido em: 01/02/2025
Aprovado em: 01/05/2025
Publicado em: 23/06/2025